

Gustavo Tepedino  
Heloisa Helena Barboza  
Maria Celina Bodin de Moraes

# CÓDIGO CIVIL INTERPRETADO

CONFORME A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Volume

I

PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES  
(arts. 1º a 420)

RENOVAR

Gustavo Tepedino  
Heloisa Helena Barboza  
Maria Celina Bodin de Moraes

# CÓDIGO CIVIL INTERPRETADO

Conforme a Constituição da República

VOLUME 1

Parte Geral e Obrigações  
(arts. 1º a 420)

2ª EDIÇÃO  
REVISTA E ATUALIZADA

RENOVAR

Rio de Janeiro • São Paulo • Recife  
2007





Todos os direitos reservados à  
LIVRARIA E EDITORA RENOVAR LTDA.  
MATRIZ: Rua da Assembléia, 10/2.421 - Centro - RJ  
CEP: 20011-901 - Tel.: (21) 2531-2205 - Fax.: (21) 2531-2135  
LIVRARIA CENTRO: Rua da Assembléia, 10 - loja E - Centro - RJ  
CEP: 20011-901 - Tels.: (21) 2531-1316 / 2531-1338 - Fax.: (21) 2531-1873  
LIVRARIA IPANEMA: Rua Visconde de Pirajá, 273 - loja A - Ipanema - RJ  
CEP: 22410-001 - Tel.: (21) 2287-4080 - (21) 2287-4888  
FILIAL RJ: Rua Antunes Maciel, 177 - São Cristóvão - RJ - CEP: 20940-010  
Tels.: (21) 2589-1863 / 2580-8596 / 3860-6199 - Fax: (21) 2589-1962  
FILIAL SP: Rua Santo Amaro, 257-A - Bela Vista - SP - CEP: 01315-001  
Tel.: (11) 3104-9951 - Fax: (11) 3105-0359  
FILIAL PE: Rua Gervásio Pires, 545 - Boa Vista - Recife - PE - CEP 50050-070  
Tel.: (81) 3223-4988 - Fax: (81) 3223-1176

www.editorarenovar.com.br      renovar@editorarenovar.com.br  
SAC: 0800-221863

© 2007 by Livraria Editora Renovar Ltda.

#### Conselho Editorial

Arnaldo Lopes Sússekind — Presidente  
Carlos Alberto Menezes Direito  
Caio Tácito  
Luiz Emygdio F. da Rosa Jr.  
Celso de Albuquerque Mello  
Ricardo Pereira Lira  
Ricardo Lobo Torres  
Vicente de Paulo Barretto

01891

Revisão tipográfica: Luis Fernando Guedes

Capa: Sheila Neves

Edição Eletrônica: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C438      Código Civil interpretado conforme a Constituição da República - 2.ed.  
revista e atualizada / Gustavo Tepedino, Heloisa Helena Barboza, Maria  
Celina Bodin de Moraes. — Rio de Janeiro: Renovar, 2007.  
790p. ; 23cm.

ISBN 978857147-619-6

I. Direito civil. I. Tepedino, Gustavo. II. Barboza, Heloisa Helena. III.  
Moraes, Maria Celina Bodin.

CDD 340.108

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)  
Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## Nota à segunda edição

É com grande alegria que entregamos aos leitores a segunda edição deste volume, revisto e atualizado, com a inclusão de sugestões de co-autores e de colaboradores espontâneos. Agradecemos vivamente aos co-autores Profs. Ana Luiza Nevares, Anderson Schreiber, Caitlin Sampaio Mulholland, Carlos Nelson Konder, Gisela Sampaio da Cruz, Tatiana Magalhães Florence e à Profª Ana Carolina Brochado Teixeira que reviram a versão original, auxiliados pelos bolsistas de iniciação científica Deborah Pereira, Eduardo Oliveira e Flávia Strong Palmeira.

Aos Profs. Aline de Miranda Valverde Terra e Pablo Rentería, pesquisadores do Instituto de Direito Civil, agradecemos a valiosa contribuição destinada a unificar as alterações e preservar a unidade e coerência sistemática da obra.

Rio de Janeiro, março de 2007

Gustavo Tepedino  
Heloisa Helena Barboza  
Maria Celina Bodin de Moraes

## SUMÁRIO

PARTE GERAL (arts. 1º a 232)

LIVRO I DAS PESSOAS (arts. 1º a 78)

TÍTULO I DAS PESSOAS NATURAIS (arts. 1º a 39)..... 1

CAPÍTULO I Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10) ..... 1

CAPÍTULO II Dos direitos da personalidade (arts. 11 a 21) ..... 29

CAPÍTULO III Da ausência (arts. 22 a 39) ..... 66

Seção I Da curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25) ..... 67

Seção II Da sucessão provisória (arts. 26 a 36) ..... 80

Seção III Da sucessão definitiva (arts. 37 a 39) ..... 98

TÍTULO II DAS PESSOAS JURÍDICAS (arts. 40 a 69)..... 107

CAPÍTULO I Disposições gerais (arts. 40 a 52) ..... 107

CAPÍTULO II Das associações (arts. 53 a 61) ..... 139

CAPÍTULO III Das fundações (arts. 62 a 69) ..... 151

TÍTULO III DO DOMICÍLIO (arts. 70 a 78) ..... 159

LIVRO II DOS BENS (arts. 79 a 103)

TÍTULO ÚNICO DAS DIFERENTES CLASSES DE BENS

(arts. 79 a 103) ..... 173

CAPÍTULO I Dos bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91).....	173
Seção I Dos bens imóveis (arts. 79 a 81).....	173
Seção II Dos bens móveis (arts. 82 a 84).....	182
Seção III Dos bens fungíveis e consumíveis (arts. 85 e 86).....	184
Seção IV Dos bens divisíveis (arts. 87 e 88).....	187
Seção V Dos bens singulares e coletivos (arts. 89 a 91).....	189
CAPÍTULO II Dos bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97).....	192
CAPÍTULO III Dos bens públicos (arts. 98 a 103).....	203

### LIVRO III DOS FATOS JURÍDICOS (arts. 104 a 232)

#### TÍTULO I DO NEGÓCIO JURÍDICO (arts. 104 a 184).....209

CAPÍTULO I Disposições gerais (arts. 104 a 114).....	209
CAPÍTULO II Da representação (arts. 115 a 120).....	233
CAPÍTULO III Da condição, do termo e do encargo (arts. 121 a 137).....	244
CAPÍTULO IV Dos defeitos do negócio jurídico (arts. 138 a 165).....	270
Seção I Do erro ou ignorância (arts. 138 a 144).....	271
Seção II Do dolo (arts. 145 a 150).....	281
Seção III Da coação (arts. 151 a 155).....	288
Seção IV Do estado de perigo (art. 156).....	295
Seção V Da lesão (art. 157).....	297
Seção VI Da fraude contra credores (arts. 158 a 165).....	301
CAPÍTULO V Da invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184).....	310

#### TÍTULO II DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS (art. 185).....334

#### TÍTULO III DOS ATOS ILÍCITOS (arts. 186 a 188).....336

#### TÍTULO IV DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA (arts. 189 a 211).....350

CAPÍTULO I Da prescrição (arts. 189 a 206).....	350
Seção I Disposições gerais (arts. 189 a 196).....	351
Seção II Das causas que impedem ou suspendem a prescrição (arts. 197 a 201).....	371

Seção III Das causas que interrompem a prescrição (arts. 202 a 204).....	382
Seção IV Dos prazos da prescrição (arts. 205 e 206).....	397
CAPÍTULO II Da decadência (arts. 207 a 211).....	421

#### TÍTULO V DA PROVA (arts. 212 a 232).....427

### PARTE ESPECIAL (arts. 233 a 420)

#### LIVRO I DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES (arts. 233 a 420)

#### TÍTULO I DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES (arts. 233 a 285).....495

CAPÍTULO I Das obrigações de dar (arts. 233 a 246).....	495
Seção I Das obrigações de dar coisa certa (arts. 233 a 242).....	495
Seção II Das obrigações de dar coisa incerta (arts. 243 a 246).....	509
CAPÍTULO II Das obrigações de fazer (arts. 247 a 249).....	514
CAPÍTULO III Das obrigações de não fazer (arts. 250 e 251).....	524
CAPÍTULO IV Das obrigações alternativas (arts. 252 a 256).....	529
CAPÍTULO V Das obrigações divisíveis e indivisíveis (arts. 257 a 263).....	538
CAPÍTULO VI Das obrigações solidárias (arts. 264 a 285).....	546
Seção I Disposições gerais (arts. 264 a 266).....	547
Seção II Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274).....	551
Seção III Da solidariedade passiva (arts. 275 a 285).....	557

#### TÍTULO II DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES (arts. 286 a 303).....570

CAPÍTULO I Da cessão de crédito (arts. 286 a 298).....	570
CAPÍTULO II Da assunção de dívida (arts. 299 a 303).....	587

#### TÍTULO III DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (arts. 304 a 388).....594

CAPÍTULO I Do pagamento (arts. 304 a 333).....	594
Seção I De quem deve pagar (arts. 304 a 307).....	595
Seção II Daqueles a quem se deve pagar (arts. 308 a 312).....	604



Seção III	Do objeto do pagamento e sua prova (arts. 313 a 326).....	609
Seção IV	Do lugar do pagamento (arts. 327 a 330).....	625
Seção V	Do tempo do pagamento (arts. 331 a 333).....	628
CAPÍTULO II	Do pagamento em consignação (arts. 334 a 345).....	631
CAPÍTULO III	Do pagamento com sub-rogação (arts. 346 a 351).....	641
CAPÍTULO IV	Da imputação do pagamento (arts. 352 a 355).....	648
CAPÍTULO V	Da dação em pagamento (arts. 356 a 359).....	655
CAPÍTULO VI	Da novação (arts. 360 a 367).....	661
CAPÍTULO VII	Da compensação (arts. 368 a 380).....	673
CAPÍTULO VIII	Da confusão (arts. 381 a 384).....	687
CAPÍTULO IX	Da remissão das dívidas (arts. 385 a 388).....	691
<b>TÍTULO IV DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES</b>		
	(arts. 389 a 420).....	694
CAPÍTULO I	Disposições gerais (arts. 389 a 393).....	694
CAPÍTULO II	Da mora (arts. 394 a 401).....	713
CAPÍTULO III	Das perdas e danos (arts. 402 a 405).....	730
CAPÍTULO IV	Dos juros legais (arts. 406 e 407).....	741
CAPÍTULO V	Da cláusula penal (arts. 408 a 416).....	747
CAPÍTULO VI	Das arras ou sinal (arts. 417 a 420).....	763

## AUTORES

### Gustavo TEPEDINO

Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ. Professor do Programa de Doutorado em Direito Civil Comparado da Universidade do Molise, Itália. Professor Visitante das Faculdades de Direito das Universidades de *Poitiers*, França (1999), e São Francisco, EUA (2002).

### Heloisa Helena BARBOZA

Professora Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ. Livre-Docente pela Faculdade de Direito da UERJ. Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, aposentada.

### Maria Celina BODIN DE MORAES

Professora Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ. Professora Associada do Departamento de Direito da PUC-Rio. Doutora em Direito Civil pela *Università degli Studi di Camerino*. Professora do Programa de Doutorado da *Università degli Studi di Salerno*.

### Alexandre FERREIRA DE ASSUMPÇÃO ALVES

Mestre e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor Adjunto de Direito Comercial da Faculdade de Direito da UERJ.

### Alinne ARQUETTE LEITE NOVAIS

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Juíza de Direito no Estado de Minas Gerais.

### Ana Carla HARMATIUK MATOS

Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Pós-graduada em Teorias Críticas do Direito e Democracia pela Universidade Internacional de Andaluzia, Espanha. Professora Substituta de Direito Civil da UFPR. Tutora da disciplina Filosofia do Direito na *Università degli Studi di Pisa*.

### Ana Luiza MAIA NEVARES

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutoranda em Direito Civil na UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio e do Curso de Especialização em Direito Civil Constitucional da UERJ. Membro do Conselho Assessor da Revista Trimestral de Direito Civil. Advogada.

### Ana Rita VIEIRA ALBUQUERQUE

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da Universidade Estácio de Sá. Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro.

### Anderson SCHREIBER

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutor em Direito Privado Comparado na *Università degli Studi del Molise*. Professor de Direito Civil da PUC-Rio. Advogado.

**Bárbara ALMEIDA ARAÚJO**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Advogada.

**Bruno LEWICKI**

Mestre e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor de Propriedade Intelectual da IBMEC-RJ. Coordenador Editorial da Revista Trimestral de Direito Civil. Advogado.

**Caitlin SAMPAIO MULHOLLAND**

Mestre e Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Membro do Conselho Assessor da Revista Trimestral de Direito Civil.

**Carlos Affonso PEREIRA DE SOUZA**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da FGV e da PUC-Rio. Advogado.

**Carlos Alberto YOUNG TOLOMEI ARAÚJO**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da Pós-graduação *lato sensu* da UERJ. Advogado.

**Carlos Edison do RÊGO MONTEIRO FILHO**

Mestre e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil e Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado.

**Carlos Nelson KONDER**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutorando em Direito Civil na UERJ. Membro do Conselho Assessor da Revista Trimestral de Direito Civil.

**Cristiano CHAVES DE FARIAS**

Mestre em Ciências da Família na UCSal — Universidade Católica do Salvador. Professor de Direito Civil do Curso de Graduação e Pós-graduação das Faculdades Jorge Amado, do Curso de Pós-graduação da UNIFACS e do Curso JusPODIVM. Promotor de Justiça no Estado da Bahia.

**Daniela TREJOS VARGAS**

Mestre em Direito Constitucional pela PUC-Rio e Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil e de Direito Internacional Privado da PUC-Rio.

**Danilo DONEDA**

Mestre e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil dos Cursos de Pós-graduação da UERJ. Pesquisador visitante na *Scuola di Specializzazione in Diritto Civile dell'Università degli Studi di Camerino*.

**Eliane Maria BARREIROS AINA**

Mestre e Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da Universidade Estácio de Sá. Defensora Pública no Estado do Rio de Janeiro.

**Fabiana RODRIGUES BARLETTA**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional na PUC-Rio. Professora Assistente do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa.

**Gabriela TABET**

Mestre em Direito Civil na UERJ. Promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro.

**Gisela SAMPAIO DA CRUZ**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutoranda em Direito Civil na UERJ. Professora de Direito Civil dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UERJ. Membro do Conselho Assessor da Revista Trimestral de Direito Civil. Advogada.

**Guilherme MAGALHÃES MARTINS**

Mestre e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UERJ e dos Cursos de Graduação e Pós-graduação da UCAM. Promotor de Justiça no Estado do Rio de Janeiro.

**Heloisa CARPENA**

Mestre e Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito do Consumidor dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UERJ. Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**José Eduardo COELHO BRANCO JUNQUEIRA FERRAZ**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Advogado.

**José Roberto de CASTRO NEVES**

Mestre em Direito pela Universidade de Cambridge e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da PUC-Rio. Advogado.

**Juliane FERNANDES QUEIROZ**

Mestre em Direito Civil pela UFMG e Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Minas.

**Kelly Cristine BAIÃO SAMPAIO BIGOGNO**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutoranda em Direito Civil na UERJ. Coordenadora e Professora de Direito Civil das Faculdades Doc-tum-Leopoldina.

**Leonardo de ANDRADE MATTIETTO**

Mestre e Doutor em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da UCAM e dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Advogado.

**Luciana PADILHA LEITE LEÃO DA SILVA**

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Campos.

**Marcelo JUNQUEIRA CALIXTO**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutorando em Direito Civil na UERJ. Professor Agregado do Departamento de Direito da PUC-Rio. Professor dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UERJ, PUC-Rio e



FGV. Conferencista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ). Advogado.

**Maria Christina de ALMEIDA**

Doutora em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Professora de Direito Civil da Unibrasil e do Curso de Pós-graduação *stricto sensu* da Unimar. Presidente do IBD FAM, Seccional Paraná. Advogada.

**Mauricio MOREIRA MENDONÇA DE MENEZES**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutorando em Direito Civil na UERJ. Professor de Direito Comercial da UERJ. Advogado.

**Paulo NEVES SOTO**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da UCAM.

**Pedro OLIVEIRA DA COSTA**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Advogado.

**Roberta MAURO E SILVA**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutoranda em Direito Civil na UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Advogada.

**Rose MELO VENCELAU MEIRELES**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutoranda em Direito Civil na UERJ. Professora dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UERJ. Professora de Direito Civil da UCAM e da UVA. Procuradora da UERJ. Advogada.

**Sandra MARQUES MAGALHÃES**

Professora de Direito Civil do Centro Universitário da Cidade. Advogada da União.

**Sérgio Ricardo SAVI FERREIRA**

Mestre em Direito Civil pela UERJ e Doutorando em Direito Civil na UERJ. Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela UCAM. Advogado.

**Silvana Maria CARBONERA**

Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Coordenadora do Curso de Direito do Unicenp. Professora de Direito Civil da Unibrasil.

**Tatiana MAGALHÃES FLORENCE**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Advogada.

**Teresa NEGREIROS**

Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Doutora em Direito Civil pela UERJ. Advogada.

**Vladimir MUCURY CARDOSO**

Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da PUC-Rio, da FGV on line e da Pós-graduação *lato sensu* da UERJ. Advogado.

## Apresentação

A promulgação do Código Civil de 2002 tornou imperiosa a necessidade de reelaborar a disciplina aplicável às relações jurídicas de direito privado. A codificação estimulou a busca por respostas interpretativas que compatibilizem os novos modelos legislativos com a experiência cultural e jurisprudencial historicamente construída. Deste fenômeno resultou um afluxo sem precedentes de comentários ao Código Civil, igualmente direcionados ao atendimento da crescente demanda por habilitação profissional e docente que se verifica em todo o Brasil. Projetos editoriais os mais variados têm sido lançados nesse sentido, com maior ou menor sucesso, não sendo simples a compreensão sistemática do Código Civil.

Mostra-se por vezes extremamente árdua a identificação de soluções interpretativas consentâneas com a dicção de determinados preceitos e coerentes com o ordenamento jurídico. Sobretudo quando este é compreendido como um sistema jurídico aberto e historicamente condicionado, a um só tempo compatível com fontes normativas diversas e permeável aos estímulos e interferências que incidem sobre a norma jurídica, na relação dialética que se estabelece com o fato social. Este resultado hermenêutico somente se consegue alcançar mediante a utilização direta e imediata da normativa constitucional, expressão dos valores e dos princípios que unificam o sistema de fontes normativas e traduzem a identidade cultural da sociedade brasileira.

A interpretação do Código Civil à luz da Constituição da República pretende, portanto, oferecer soluções hermenêuticas a partir dos problemas identificados na jurisprudência, tendo-se em conta o conteúdo e a técnica legislativa do Código Civil, na perspectiva civil-constitucional.